

O significado histórico da Revolução de Outubro (III)*

DOMENICO LOSURDO

O processo iniciado com a Revolução de Outubro seria apenas um capítulo da infausta história do totalitarismo, à qual se contrapõe a história luminosa do Ocidente liberal-democrático, infalivelmente respeitoso das regras do jogo. A essa visão maniqueísta, própria da ideologia dominante, pode-se responder no entanto com uma pergunta.

Regras do jogo e Estado de exceção

Quais foram as regras do jogo em países como a Itália, a Inglaterra, os Estados Unidos, no curso, por exemplo, do primeiro conflito mundial, quando intervêm as leis de emergência desde o estado de sítio, até os tribunais militares e pelotões de execução? Como já vimos anteriormente, em nosso país um general adquiriu triste fama pelo fato de proceder às inspeções do *front* fazendo-se acompanhar infalivelmente por um pelotão de execução pronto a entrar em ação ao aceno deste inflexível comandante militar que, como tantos outros, acabava de fato exercitando um poder de vida e morte sobre os seus subordinados. Não poucas vezes recorre-se às dizimações. Em 10 de novembro de 1916, Luigi Cadorna divulga uma circular que vale a pena reler:

Recordo que não há outro meio idôneo para reprimir reações coletivas além de fuzilar imediatamente os maiores culpados, e, quando a verificação da identidade pessoal dos responsáveis não é possível, cabe aos comandantes o direito e dever de sortear entre os indiciados alguns militares e puni-los com a pena de morte. A este dever ninguém que esteja cômico da necessidade de uma férrea disciplina de guerra pode subtrair-se e eu a faço obrigação absoluta e indeclinável de todos os comandantes.

* Tradução de João Quartim de Moraes. Última parte do longo ensaio de D. Losurdo — “Dalla rivoluzione d’Ottobre al nuovo ordine internazionale” —, originalmente publicado em *Il calendario del popolo*. Milão, nº 570, novembro 1993. O subtítulo desta última parte é “Por um balanço do ‘socialismo real’”. No final deste artigo — publicado sem notas de rodapé —, o

É bom refletir um instante sobre os termos aqui usados: “obrigação absoluta e indeclinável” de passar pelas armas mesmo pessoas sobre as quais não há nenhuma prova de culpa: é difícil imaginar uma prática mais totalitária que a dizimação que liquida inumeráveis vidas humanas aleatoriamente, sem mesmo uma vaga suspeita, mas apenas pela exigência de restabelecer a disciplina mais inflexível entre os escravos-soldados votados ao sacrifício e à morte. Não faltam nem as punições ou as vinganças transversais usadas para golpear pessoas que são totalmente inocentes: “o comando supremo [italiano] exige, sempre com finalidade de ordem psicológica, providências punitivas contra os familiares dos desertores mesmo que absolutamente estranhos ao delito do seu parente”.

A Itália não é certamente uma exceção. Vejamos, guiados por respeitáveis historiadores, o que ocorre, nos períodos de crise aguda, num país de consolidada tradição liberal: durante a Primeira Guerra Mundial, nos Estados Unidos, mesmo além do Atlântico, na segurança em face de qualquer perigo de invasão estrangeira, pode-se ser condenado até “a vinte anos de cárcere por expressar-se ‘de modo desleal, irreverente, vulgar ou abusivo’ sobre qualquer aspecto do governo ou do seu esforço de guerra”. E não é só isso. Durante todo o período do conflito, desencadeia-se “uma febril caça às bruxas” que fareja e persegue por toda a parte a presença do inimigo. Em muitas escolas suprime-se o ensino do alemão; tocar música alemã torna-se perigoso. As famílias e até as cidades com nomes alemães apressam-se a anglicizá-los, “para evitar incidentes ou para sustentar a sua fé patriótica”. A repressão do alto contra pacifistas e dissidentes é acompanhada pela violência de baixo, ao mesmo tempo tolerada e controlada pelas autoridades: nos locais de trabalho e nas escolas são isolados e licenciados os elementos suspeitos; nas ruas quem não mostra “suficiente sentimento patriótico” é atacado.

A “cruzada conformista” que se desencadeia no interior do país se prolonga para além do fim da guerra: em 1919, o *Washington Post* relata que, quando um cidadão irado dispara em um outro, culpado de ter “criticado uma parada patriótica”, a massa estoura “em um aplauso e manifestação de júbilo”. E imutável permanece também a tolerância do aparato estatal e governamental diante dos responsáveis pela caça ao pacifista: no Estado de Indiana um júri popular gastou “dois minutos para declarar inocente um cidadão”, assassino de um compatriota que,

autor esclarece as fontes bibliográficas nas quais se apoiou. As duas partes iniciais do ensaio foram publicadas anteriormente por *Crítica Marxista*.

desgostoso com o delírio chauvinista, ousara pronunciar a frase: ‘Ao inferno os Estados Unidos’”. Mas mais significativo ainda que a violência aberta e brutal é um gesto que aparece carregado de significado simbólico:

“a porta da casa dos suspeitos é manchada com verniz amarelo” quase a marcar para sempre sua exterioridade relativamente à nação americana. Trata-se de um gesto que faz pensar na medida com a qual uma vintena de anos mais tarde o Terceiro Reich obrigou aos judeus levar consigo a estrela de Davi usada para evidenciar publicamente a sua natureza de estrangeiros e de estrangeiros suspeitos e perigosos.

Ainda mais histérico e intolerante torna-se nos Estados Unidos o clima dominante em seguida à deflagração da Revolução de Outubro: “Nos anos 1917-20, vermelhos, radicais, estrangeiros e dissidentes de todo tipo tornam-se objeto de caça, de perseguição, condenação ou deportação”. A operação de expulsão dos agentes patogênicos externos do corpo saudável da nação americana se carrega, também nesse caso, de um forte valor simbólico com a deportação dos mal-vindos para o lugar mesmo do mal, a União Soviética, mesmo que, por compreensíveis razões práticas, não para as zonas controladas pelos bolcheviques. No plano mais estritamente militar, isto suscita as reservas e as inquietações do Ministério do Exterior inglês que, em abril de 1919, exprime a preocupação de que o “uso da Sibéria como lixeira para americanos indesejados e extremamente perigosos” possa obstaculizar as operações militares do general Kolchak, empenhado, com a ajuda da *Entente*, em derrubar o poder bolchevique. Em compensação, claramente satisfeito e admirado se mostra Churchill pelo fato de que “muitos milhares destas pessoas contagiadas nos ombros das quais, como se nota, não pode ser demonstrado nenhum ato determinado de traição, foram capturadas em toda parte nos Estados Unidos e, mediante uma série de ‘arcas vermelhas’, transportadas gemendo e babando, para além do Oceano, nos lugares desolados onde reina Lenin, o seu sumo sacerdote”.

Por sua vez, Wilson, não ainda presidente dos Estados Unidos, criticando a perigosa extensão dos poderes discricionários do Poder Executivo prevista pelos *Alien and Sedition Acts* de 1798, observou que “as únicas limitações e garantias residiam na moderação e no bom senso do presidente e do ministro da Justiça”. Muito dificilmente se pode falar de “moderação” a propósito do ministro da Justiça do governo Wilson, Mitchell Palmer, o qual “organizou uma série de incursões policiais em casas privadas e salas de reuniões sindicais sem estar em posse de nenhum mandato, nas quais foram detidas milhares de pessoas suspeitas de

pertencer à área da esquerda. Os que foram detidos sob essa acusação, privados da possibilidade de obter a liberdade provisória sob fiança, foram freqüentemente espancados pela polícia depois de serem obrigados a desfilar acorrentados em público [...] Palmer, por sua vez, contribuiu para que se deportassem os radicais, sustentando que ‘é nosso dever purificar as raízes da população americana e mantê-las puras’. ‘Eu mesmo sou um americano’, ele declarou, ‘e me agrada pregar o meu credo diante do povo cem por cento americano, porque a minha mensagem é um concentrado de americanismo’. No interior do Ministério da Justiça ele criou uma *antiradical division* especial, na chefia da qual pôs o jovem J. Edgar Hoover. A Assembléia Legislativa do Estado de Nova York expulsou os cinco representantes socialistas para ela eleitos, embora o Partido Socialista fosse um organização perfeitamente legal.

Paroxística torna-se a caça “aos radicais” considerados estrangeiros ou agentes do estrangeiro: “Em Hartford, no Connecticut [...], os que se apresentaram às prisões para ter notícias dos amigos detidos durante as batidas da polícia foram presos sob o pretexto de que sua solicitude demonstrava pertencerem ao movimento bolchevique”. Embora jamais tivesse existido um perigo de invasão inimiga ou revolução social, a luta contra o perigo vermelho e a Revolução de Outubro fez emergir também nos Estados Unidos a instituição considerada típica do totalitarismo: “O senador McKeller, do Tennessee, propõe a instituição de uma colônia penal para presos políticos, na ilha de Guam”.

O universo concentracionário torna-se depois realidade no curso da Segunda Guerra Mundial, quando Roosevelt faz deportar “em campos de concentração os cidadãos americanos de origem japonesa” (incluídas mulheres e crianças), e não em consequência de um crime, mas simplesmente como suspeitos por causa do grupo étnico ao qual pertenciam. Ainda em 1950, é aprovado o “McCarran Act para a construção de campos de concentração em várias zonas do país, destinados a acolher prisioneiros políticos”. Entre os promotores desta lei há alguns deputados destinados a se tornarem ilustres como presidentes dos Estados Unidos: Kennedy, Nixon e Johnson!

São os anos nos quais os governantes da Itália, bradando incansavelmente contra o totalitarismo comunista, empenharam-se até o fundo na operação “Gladio”, com a colaboração e supervisão do Grande Irmão do além-Atlântico, cujo objetivo era preparar o dispositivo destinado a assegurar a liquidação física ou o isolamento em campos de concentração dos dirigentes comunistas e operários, caso tais medidas de emergência se tornassem necessárias pelo imperativo da salvação do capital.

O carrasco e a vítima

Isto no que diz respeito à história do Ocidente liberal-democrático. No que concerne mais propriamente à União Soviética, não é lícito destacar a configuração concretamente assumida pelo “socialismo real” do contexto histórico no qual ele se desenvolveu: seria fácil demonstrar como a prática das dizimações, das punições coletivas, etc., passou dos Estados empenhados no primeiro conflito mundial à Rússia soviética.

Naturalmente, o fato de que tal prática seja geralmente difundida não é um motivo para justificá-la; mas o juízo de condenação não deve exercitar-se em uma única direção. Pode ser útil, além disso, recordar a observação que o filósofo trabalhista inglês Laski faz alguns anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial: não podemos nos espantar com o fato de que um país submetido pelos países capitalistas a um estado de sítio permanente tenha reagido tirando as conseqüências da situação: desde o seu nascimento até quase a sua ruína, a União Soviética foi alvo da guerra, declarada ou não, das manobras e da agressão militar ou econômica, do cordão sanitário ou do embargo geral ou tecnológico levado a cabo pelo mundo capitalista.

É nesta situação objetiva de estado de sítio e de permanente estado de emergência, além de grave atraso econômico e político, que teve lugar a tentativa de ir mais além do capitalismo e de avançar para o socialismo.

Por outro lado, para compreender a hipocrisia de certas profissões de fé democráticas, reflita-se sobre o comportamento assumido pelos Estados Unidos, ainda em nossos dias, em relação a países como Nicarágua e Cuba. O primeiro foi submetido ao bloqueio econômico e militar, à minagem dos portos, a uma guerra não declarada, mas sanguinária, suja e contrária ao direito internacional. Diante de tudo isto, o governo sandinista se via obrigado a tomar medidas limitadas de defesa contra a agressão externa e a reação interna. E então o governo estadunidense erigia-se em defensor dos direitos democráticos violados pelo “totalitarismo” sandinista.

Uma tática análoga é hoje posta em prática perante Cuba: os dirigentes estadunidenses assemelham-se ao carrasco que, depois de ter procedido à execução, mostra-se escandalizado com a cor lívida e cadavérica da sua vítima. Tanto mais hipócrita e moralmente repulsiva resulta tal comportamento pelo fato de que os Estados Unidos, em situação de perigo muito menos grave, recorreram, como vimos, a medidas bem mais drásticas do que as adotadas por Ortega e Castro.

Os limites teóricos e políticos de fundo do movimento comunista

Obviamente, ao traçar o balanço do processo histórico iniciado com a Revolução de Outubro, seria tolo e imperdoável apegar-se a uma posição banalmente “justificatória”. Muito além do contexto internacional e das múltiplas pressões externas, é necessário concentrar-se nas razões, em primeiro lugar internas, que determinaram a degeneração cada vez mais grave, a putrefação e, depois, a ruína final, na Europa Oriental, do “socialismo real”. Não basta apenas a referência à situação objetiva, mas tampouco aos erros e crimes, que também não faltaram, deste ou aquele dirigente político. É preciso, em primeiro lugar, interrogar-se sobre as debilidades teóricas e políticas de fundo do movimento comunista. O papel decisivo e decisivamente nefasto foi desempenhado pelo desprezo à democracia “formal” e às regras do jogo, pela ilusão de que, no âmbito do socialismo, a realização dos direitos econômicos e sociais, dos direitos materiais, tornasse supérflua a garantia jurídica de liberdade de consciência, de religião, de opinião, de associação, etc. Nessa direção, impeliu a tendência mecanicista de liquidar como “burguesa” ou não proletária toda a história precedente, impeliu uma crítica da ideologia que, para dizê-lo com Gramsci, não soube distinguir, nas garantias preconizadas pelas palavras de ordem da tradição liberal e nos ideais derivados da revolução francesa, a “forma imediata, conectada a um determinado mundo ‘perituro’”, dos elementos que constituíam uma aquisição permanente para a humanidade no seu conjunto.

Nas páginas precedentes, vimos os limites do eurocentrismo presente em Marx que às vezes chega a justificar a expansão colonial das grandes potências como uma contribuição, não obstante os custos e crimes que comporta, à expansão da civilização e da revolução política e social nas áreas atrasadas e adormecidas. É verdade que tal visão é nitidamente superada por Lenin, o qual faz valer o princípio da democracia também na relação entre países, povos e nações diversas. No entanto pode-se perguntar se os limites já vistos em Marx não exerceram um papel fortemente negativo nas modalidades com as quais chegou, na União Soviética dos anos trinta, o processo de coletivização e industrialização do campo, conduzido como uma exportação da civilização e da revolução que parte da Rússia européia e avança para alcançar as zonas rurais asiáticas e atrasadas. Não nos esqueçamos de que é exatamente no curso destes anos que se verifica na União Soviética a primeira aparição maciça e estável dos elementos constitutivos do universo concentracionista (o *gulag*, a deportação, o trabalho forçado), os quais, presentes na própria Europa durante o processo de acumulação originária do capitalismo, depois acompanharam constantemente a expansão do Ocidente nas colônias.

Mas é preciso ir mais fundo. Marx e Engels não elaboraram uma adequada teoria da transição. Irrealista revelou-se o pressuposto do qual parte a *Crítica do programa de Gotha* de que, após a tomada do poder por parte do proletariado nos principais países capitalistas, ao abrigo de qualquer pressão externa e de todo conflito internacional, prevê e promete a rápida e total coletivização dos meios de produção em função da rápida passagem ao comunismo, de resto concebido de modo fantástico como superação da divisão do trabalho e, talvez, do próprio trabalho, como extinção do Estado e de toda forma de coerção. Esta visão utópica podia ainda vigorar em uma época de apocalípticos desdobramentos como foi a Segunda Guerra dos Trinta Anos,¹ mas depois de 1945, superado em uma certa medida o estado permanente de exceção imposto à União Soviética pelo estrangeiro, tratava-se então de empenhar-se na construção de uma democracia socialista garantida também juridicamente e assim estatalmente.

Tudo isso foi fortemente obstaculizado ou impedido pela espera escatológica da extinção do Estado e do poder político enquanto tal. Hannah Arendt observou com razão que a “política totalitária não substituiu um corpo de leis por um outro”, de modo que o peculiar do totalitarismo não é tanto a “estrutura monolítica”, mas a “falta de estrutura”.

Se as coisas se passam assim, é evidente o papel nefasto que a persistente influência anarquista exerceu sobre os desdobramentos ou as faltas de desdobramentos do regime nascido em Outubro 1917: ao menos no período imediatamente posterior à revolução, não faltavam os que proclamavam que “a idéia de Constituição é uma idéia burguesa”. Sobre tal base não somente é fácil justificar qualquer medida terrorista, mas, sobretudo, torna-se demasiado problemático ou impossível passar do estado de exceção a uma normalidade constitucional, já de antemão estigmatizada como “burguesa”.

O utopismo acrítico exerceu um papel negativo também num outro plano; a fuga de toda relação mercantil (vista por si mesma como um elemento de contaminação e corrupção de um comunismo miticamente transfigurado) talvez tenha favorecido uma radical e indiscriminada estatização da economia, obtida mediante o recurso a medidas administrativas e coercitivas e com custos sociais e humanos terríveis.

Em conclusão, além da situação objetiva e dos erros e crimes individuais, limites teóricos e políticos de fundo obstaculizaram

1. O autor estabelece uma analogia entre a Guerra dos Trinta Anos, que exauriu e devastou a Europa, principalmente a Alemanha entre 1618 e 1648 e as duas grandes de 1914-1918 e 1939-1945, que, como sugere a analogia, teriam historicamente constituído um único conflito. (Nota do tradutor.)

fortemente ou mesmo impediram a passagem do estado de exceção à normalidade: o poder acabou sendo assim seqüestrado por uma elite, que, proclamando-se iluminada, excluiu as massas da participação das escolhas políticas e econômicas, e a tratou, como nos piores momentos da tradição liberal-burguesa, como uma multidão infantil, menor de idade.

Podemos agora compreender melhor a dinâmica da ruína do “socialismo real” no Leste Europeu. Observava, em 1969, o historiador e sociólogo inglês Lawrence Stone que, naqueles países, o regime totalitário estava destinado a exaurir-se devido à carga modernizadora nele implícita e ao grande impulso por ele imprimido ao sistema escolar e de instrução. Hoje, está sob os olhos de todos a sensatez dessa previsão, da qual, todavia, emerge também a leviandade da liquidação global e sumária da história do “socialismo real”, cuja derrocada no Leste Europeu não resultou apenas de uma falência mas também de um sucesso. Ter aberto as portas da instrução também às massas populares precedentemente excluídas e ter satisfeito em uma certa medida as necessidades elementares mais imediatas minou pelos fundamentos o regime totalitário.

Não podia sobreviver aos seus tempos heróicos o socialismo de guerra (civil ou imposta pelo estrangeiro), ou ainda a experiência de construção de um Estado de direção não capitalista desenvolvida em condições dramáticas e excepcionais mas em um certo ponto chamada a acertar as contas com a democracia e suas garantias e regras, de modo a alçar-se ao nível da sociedade civil avançada que ela mesmo havia contribuído para criar. Esta ocasião histórica foi miseravelmente perdida e ao invés da democratização verificou-se um enrijecimento em sentido sempre mais despótico e oligárquico do regime, até que estratos privilegiados da pequena e média burguesia, em sintonia com o capital internacional e com as grandes centrais imperiais (sempre empenhadas no estrangulamento militar, político e econômico de tudo que considera socialismo) aproveitaram para impor a assimilação em todo os níveis com o Ocidente, sem retroceder diante dos custos sociais altíssimos que isso comportará e já está comportando.

Colapso do “socialismo real” e dismantelamento dos direitos econômicos e sociais

Olhemos um pouco os processos econômicos e sociais em ato nos países ex-socialistas. Tomando distância da euforia inicial, um estudioso americano, L. Thurow, colocou logo os pontos nos ii: “Durante a fase de transição, as rendas médias serão muito mais baixas do que foram sob o comunismo”; na Polônia, em 1990, estavam mais de 40% abaixo do nível

mais alto alcançado sob o regime comunista; e as previsões para o futuro não prometem nada de bom. Na Rússia, “mais da metade da população [está agora] abaixo do limite da pobreza” (A. Bonanni, in *Corriere della Sera*, 1º de dezembro de 1992). Vimos que às vezes se fala de “fase de transição”, mas trata-se claramente de uma ideologia consolatória. A situação continua a piorar: na Rússia, “nos primeiros seis meses de 1993, o produto interno bruto é 14% inferior ao dos primeiros meses de 1992” (C. Martinetti in *La Stampa*, 29 de julho de 1993). E depois, o mesmo autor americano que fala de “fase de transição”, declara que parte dos países ex-socialistas, cuja renda real *per capita* está em constante diminuição, está de qualquer modo destinada a acabar no Terceiro Mundo.

No Terceiro Mundo já foi parar a Albânia, onde a miséria e fome desesperada das massas são freqüentemente citadas como demonstração de falência desastrosa, também no plano econômico, de toda tentativa de construção de uma sociedade não-capitalista. Mas quais eram as condições deste país antes dos acontecimentos ocorridos na Europa Oriental? Deixamos a palavra a um semanário alemão ocidental, justa e severamente crítico daquele “Estado policial” nos Balcãs, e a uma jornalista que escreve em setembro de 1988, quando então esvaneceram ou iam rapidamente esvanecendo as ilusões sobre a sorte do “socialismo real”. Então, em um momento em que Gorbachev, Ieltsin, etc., já percebiam, de modo mais ou menos irresistível, o fascínio do Ocidente, assim *Die Zeit* se exprime a propósito da Albânia: “superou o seu quase tradicional atraso e se livrou da miséria, com suas próprias forças e com seu dinheiro: os gigantescos paludes maláricos foram aterrados e foi levada adiante a eletrificação e a industrialização; a duração média da vida dobrou, a partir de 1945, e alcançou os 70 anos (...) A Albânia comunista está orgulhosa com razão das conquistas realizadas depois do fim da ocupação dos fascistas italianos e alemães (...). Apenas a Albânia socialista logrou, a partir de 1946, extirpar a fome”.

Enfim, o artigo de 1988 sublinhava que, não obstante o elemento de distúrbio constituído pelas transmissões, quase imperturbadas, da televisão italiana, notável era o grau de consenso do regime, como demonstrava o “ardente patriotismo sobretudo dos jovens albaneses” (U. van Steen in *Die Zeit*, 30 de setembro de 1988). Obviamente, é lícito exprimir dúvidas sobre a confiabilidade de tal quadro, embora tenha sido publicado em uma revista e época insuspeitas. O que é intelectualmente inadmissível é a pretensão (assumida também por Norberto Bobbio, no curso de polêmica conosco publicada pelo *Liberazione*) de calar quem ainda ousa definir-se comunista agitando contra ele as condições terríveis da hodierna Albânia,

sem contudo colocar-se o problema da relação que poderia subsistir entre estas condições, de uma parte, e o fim do Comecon e do “socialismo real” europeu oriental, de outra. Dir-se-ia que, junto com o muro de Berlim, despencou a inteligência crítica de muitos intelectuais, os quais entretanto poderiam ler na mesma imprensa burguesa que na hodierna Europa Oriental está em ato “um processo de degradação talvez irrefreável”.

Leiamos este dramático testemunho da Rússia que agora também conhece as tragédias típicas do Terceiro Mundo: os *besprizòrniki*, as crianças abandonadas são “ao menos duzentas mil em todo o país, segundo os especialistas. Tantas quantas havia na Rússia em 1925, depois da guerra civil (...) São as primeiras vítimas de um país que está imolando tudo ao deus dinheiro, que abandonou a antiga escala de valores sem substituí-la, que já pôs em movimento um processo de degradação talvez irrefreável. Há dez anos, na União Soviética totalitária e brejneviana praticamente não havia os *besprizòrniki*. Os orfanatos eram lugares terríveis, freqüentemente indecentes do ponto de vista logístico e constantemente vazios até de calor humano; mas garantiam um teto, uma mesa, uma escola e, mais tarde, um trabalho. Em dez anos, tudo mudou. A verba para manter internatos e penitenciárias para menores é cada vez mais reduzida, e os institutos que viviam substancialmente a expensas do balanço estatal se fecham agora um depois do outro”.

Se os jovens abandonados tendem à delinqüência, “para as jovens, ao contrário, a profissão é uma só: a prostituição” (F. Cucurnia in *La Repubblica*, 5 de maio de 1993). Mais ainda que insistir sobre o quadro trágico que emerge das correspondências daqueles mesmos órgãos de informação que celebraram o 1989 como “Ano do Senhor”, convém deter-se sobre a contra-revolução também teórica em ato: estamos assistindo a um pavoroso salto para trás, e não apenas em relação a Outubro 1917. No curso da Revolução Francesa, Robespierre havia falado do direito à vida como o primeiro entre os “direitos imprescritíveis do homem”. Sob a influência do gigantesco processo de emancipação que seguia os passos da revolução bolchevique e se desenvolvera ulteriormente com o aniquilamento do nazi-fascismo, com a declaração aprovada em 10 de dezembro de 1948, a ONU explicitamente inseriu entre os “direitos do homem” também os “econômicos, sociais e culturais” (art. 22). Mas exatamente estes direitos são cancelados não apenas na prática mas também — atente-se bem — no plano mais estritamente teórico por obra dos novos grupos dirigentes, e dos seus ideólogos, na Rússia e em outros países ex-socialistas, que freqüentemente reivindicam a já recordada lição de Hayek, o patriarca do neoliberalismo que, como já dissemos, põe a teorização de

direitos econômicos e sociais na conta da influência, por ele considerada ruínosa, da “revolução marxista russa”. E, dado que o Ocidente adora arvorar-se intérprete privilegiado dos direitos do homem, convém dar uma rápida olhada naqueles que a sua vitória triunfal está abolindo no Leste europeu. “Todo indivíduo tem direito à vida” (art. 3 da Declaração da ONU), “tem direito à segurança social” (art. 22): é claro, a sua negação não poderia hoje ser mais completa. “Todo indivíduo tem direito à instrução” (art. 26). Mesmo o autor americano mais vezes citado reconhece que tal direito foi realizado em medida notável nos países socialistas. Mas, agora, como demonstra o fenômeno das crianças abandonadas na Rússia, são águas passadas, assim como são águas passadas o “direito ao trabalho” (art. 23): “os alemães orientais, portanto, que antes da reunificação jamais tiveram que lidar com problemas desse tipo, encontram-se com uma taxa de desocupação próxima dos 15,3% da população ativa” (*La Repubblica*, 7 de agosto de 1993). Na Polônia, depois de ter atingido os 11%, a desocupação poderia atingir a cifra recorde de 20%, tanto que “nos ambientes do Banco Mundial se esboçava uma crise econômica e social que lembra o drama dos anos 30” (P. Benetazzo in *La Repubblica*, 7 de fevereiro de 1992). Sorte certamente não melhor que o direito ao trabalho sofreu “o direito ao repouso e ao lazer” (art. 24): na Rússia, os “novos ricos”, emergentes com a “privatização”, ostentam “uma riqueza agressiva” nas localidades turísticas das quais estão agora banidos os trabalhadores que outrora tinham direito a férias gratuitas ou semi-gratuitas (E. Franceschini in *La Repubblica*, 18/19 de agosto de 1991).

E o que dizer então do direito “à habitação e aos cuidados médicos e serviços sociais necessários” (art. 25)? Depois de ter observado que “muitos bens essenciais, que devem ser adquiridos nas sociedades capitalistas, eram postos à disposição gratuita ou quase gratuitamente no comunismo”, o mesmo autor americano aduz o exemplo, em particular, da moradia pela qual o russo dispndia em média apenas 1% da sua renda familiar. Agora a moradia tornou-se um luxo assim como a assistência médica; segundo uma reportagem da Cruz Vermelha Internacional, a sobrevivência de um milhão e meio de pessoas está em jogo “pela falta de mantimentos e medicamentos em toda a União Soviética” (E. Franceschini in *La Repubblica*, 17 de outubro de 1991). Além disso, no que diz respeito aos “serviços sociais necessários”, vimos que trágicos resultados comportam o seu desmantelamento para as crianças russas. Mas fortemente negativas são também as conseqüências para as mulheres, como demonstra em particular o caso da ex-RDA, na qual tais serviços eram particularmente desenvolvidos: “Não apenas as mulheres foram as primeiras a serem

expulsas dos locais de produção, mas uma ulterior perda de postos de trabalho predominantemente femininos se verificou com a destruição da rede dos serviços estatais, que além disso eram os que garantiam gratuitamente à infância proteção, saúde e instrução: as creches, “policlínicas” ou ambulatórios de bairro. Destruindo-os, contava-se, ao menos em palavras, com a suplência feminina, isto é, materna: o resultado parece ser exatamente o oposto, as mulheres renunciam à maternidade” (L. Campagnano in *Il Manifesto*, 8 de fevereiro de 1992). Uma escolha que não é limitada às mulheres alemãs-orientais: “em 1992, pela primeira vez no pós-guerra, os nascimentos na Rússia foram em número menor que os óbitos” (F. Cucurnia in *La Repubblica*, 5 de maio de 1993).

Convém refletir mais sobre as implicações teóricas do desmantelamento dos serviços sociais: eles foram instituídos a partir do reconhecimento dos direitos econômicos e sociais que deveriam ser garantidos a todo indivíduo independentemente do mercado. Em contrapartida, eis agora O. Bogomolov, conhecido mentor dos economistas “reformadores” russos, fazer referência ao Ocidente capitalista, por ele erigido em modelo de sociedade, portanto identificado com a “sociedade normal” enquanto tal, para desencadear, às vésperas da derrocada da União Soviética, a batalha contra o próprio conceito de direitos econômicos e sociais: “Em uma sociedade normal, esta esfera [a do mercado] inclui tudo (...). Para nós, ao contrário, os serviços sanitários e a educação não são categorias de mercado”. E, no encaixe, um outro expoente do novo curso: “Temos necessidade de uma medicina normal, baseada em seguros individuais. Uma medicina gratuita é um engodo”. Passemos a palavra, enfim, a um autor que, sempre em polêmica contra a herança considerada funesta do “socialismo real” e assumindo o modelo do Ocidente, ao mesmo tempo miticamente deformado e transfigurado por ele, chega até ao ponto de afirmar: “Em muitos países normais, o médico que assiste ao parto tem o direito de deixar morrer a criança deficiente no momento do nascimento”.

Aqui torna-se bem frágil a fronteira entre neoliberalismo e social-darwinismo. O mito do mercado produz uma mercantilização que parece não encontrar mais limites:

a imprensa refere-se a um “tráfico de crianças para adoção da Polônia para a Itália”; o dinheiro desembolsado pelas famílias italianas serve entre outras coisas para “recompensar as famílias naturais, dispostas a renunciar ao pátrio poder para conquistar dólares e marcos e diminuir as bocas a saciar”. É um mercado que vem se juntar, ao que parece, ao das “belas polonesas” (L. Spezia in *La Repubblica*, 29 de julho de 1993).

Liberdade, esfera da circulação e esfera da produção

Certamente, no outro prato da balança, não podemos deixar de colocar a liberalização de um regime sufocante e opressivo e fundado sobre a violação sistemática das liberdades individuais e das regras do jogo. Entretanto, o problema dos direitos civis e políticos não se reduz a um só prisma.

Não quero deter-me sobre as medidas legislativas emanadas em alguns países europeus orientais a cargo dos comunistas e tampouco insistir no fato de que os mesmos novos grupos dirigentes se reservam o direito de proclamar o estado de exceção quando o julgarem oportuno, como demonstra o recente golpe de Ieltsin. É sobretudo um outro o ponto que me importa sublinhar: se Marx errou ao subestimar o problema das regras do jogo e das liberdades formais, por outro lado, deveria ter esclarecido de uma vez por todas que não se pode compreender realmente a situação dos direitos civis e políticos limitando a própria atenção à esfera da circulação.

Quando lemos depoimentos de trabalhadoras da ex-RDA, que se fizeram esterilizar para poderem ser aceitas e trabalhar, compreendemos que continua a subsistir na fábrica capitalista algo do despotismo patronal já denunciado pelo *Manifesto do Partido Comunista*. Por outro lado, a intensificação na fábrica dos ritmos de trabalho e a pressão exercida pelo novo desemprego em massa, a possibilidade para os novos proprietários dos meios de produção de dispor de um imponente exército salarial de reserva, tudo isto torna demasiado problemático o exercício dos direitos de liberdade nos locais de trabalho.

De qualquer modo, mesmo considerando seus novos dirigentes como campeões sem mácula das democráticas regras do jogo, só se poderia interpretar em termos unívocos como revolução democrática a derrocada do “socialismo real” na Europa Oriental sob a condição de suprimir do catálogo dos direitos os direitos econômicos e sociais, isto é, somente sob a condição de retroceder às posições do neoliberalismo. Poder-se-ia objetar que em todo caso o valor da “liberdade negativa” (a inviolabilidade da esfera privada) é absolutamente prioritário, mas isto é mais uma vez o ponto de vista do neoliberalismo: basta refletir sobre o fato de que também um autor *liberal* como Rawls exige sim a subordinação da igualdade à liberdade, mas submete tal princípio a uma importante cláusula limitativa, sendo por ele mantido válido apenas “a partir de um nível mínimo de renda”.

Recolonização do Terceiro Mundo, restauração no Leste e involução no Oeste

Não há dúvida, em todo caso, de que um balanço correto do processo histórico iniciado em Outubro 1917 pressupõe uma análise que vá bem além do quadro do “socialismo real”. Pode ser útil ter presente aqui a indicação metodológica fornecida pelo historiador Edgar Quinet a propósito da revolução francesa: “O povo que a fez não é o que mais dela se beneficiou”. Não se pode separar o processo de descolonização no Terceiro Mundo e os próprios desenvolvimentos da democracia no Ocidente da influência e do desafio da Revolução Bolchevique. Do quadro complexo que até agora tracei, mesmo em presença de tendências contraditórias, resulta que o aspecto principal da mudança política verificada na Europa Oriental e no mundo é constituído pela restauração. Mas recorrer a tal categoria não significa proceder a uma relegitimação de regimes desacreditados e cuja ruína foi saudada de modo quase unânime pela opinião pública mundial? Uma espécie de recato político como que paralisou quantos, à esquerda, recusam, com razão, serem tratados como nostálgicos de Brejnev ou do Gulag. Entretanto, o processo histórico é mais complexo do que emerge da rude alternativa implícita naquela pergunta e objeção. Pensemos no processo iniciado com a revolução francesa: no momento em que se verifica o que todo manual de história define como a restauração, parece difícil contestar a falência do projeto ou das esperanças de 1789, às quais fizeram séquito o terror, a corrupção desenfreada dos anos sucessivos ao termidor, a ditadura militar e depois o Império com um imperador-*condottiero* que conquista imensos territórios e os distribui a parentes e amigos, segundo uma concepção patrimonial do Estado que não apenas agride todo princípio de democracia, mas parece reproduzir o antigo regime nos seus piores traços. Há mais: abatendo o absolutismo monárquico e o feudalismo, os revolucionários franceses estavam seguros de que vislumbravam a extirpação das próprias raízes da guerra de modo a instaurar a paz perpétua; e, em contrapartida, para usar as palavras de Engels, com o “despotismo napoleônico”, “a paz perpétua que foi prometida transformou-se em uma guerra de conquistas sem fim”. Portanto, completamente irreconhecíveis eram, em 1814, os projetos e as esperanças que haviam alimentado os revolucionários de 1789. O retorno dos Bourbon realiza um regime sem dúvida mais liberal que o Terror, a ditadura militar e o império guerreiro e expansionista que fizeram séquito aos entusiasmos revolucionários; resta todavia o fato de que o retorno representa um momento de restauração. Considerações análogas poderiam ser feitas, por exemplo, no que concerne à primeira revolução inglesa

desembocada na ditadura militar de Cromwell, ligada à personalidade excepcional do seu fundador e incapaz de sobreviver ao seu desaparecimento. Não obstante tudo isto, é lícito e conveniente aplicar a categoria de restauração ao retorno dos Bourbon ou dos Stuart, os quais procuravam incansavelmente sufocar o *novo* que estava emergindo entre tentativas, erros, becos, impasses, contradições, regressões, deformações de todo gênero. Não há motivo para proceder diversamente diante das mudanças verificadas no Leste Europeu, não obstante a leitura impiedosa que podemos e devemos fazer da história dos regimes que desmoronaram recentemente. Tanto mais convincente resulta o recurso à categoria de restauração se temos presente o fato de que no mesmo Ocidente capitalista a crise antes e a ruína depois do “socialismo real” estimularam graves fenômenos de involução. Para compreender este ponto, é preciso ter presente que a Revolução de Outubro e o desafio dela proveniente influíram em profundidade na evolução e configuração das hodiernas democracias ocidentais: como vimos, é o próprio Hayek que faz descender da “revolução marxista russa” a teorização dos direitos sociais e econômicos (que encontra a sua consagração na Declaração da ONU). E, portanto, as próprias conquistas democráticas e sociais realizadas no Ocidente não podem ser explicadas sem a contribuição decisiva da Revolução de Outubro. Exatamente por isso, em nossos dias, ao se debilitar ou tornar-se menos desafiante aquela revolução, à crise e à ruína do “socialismo real”, corresponde também no Ocidente uma desemancipação que leva à supressão da carta dos direitos os direitos econômicos e sociais. É este o significado do neoliberalismo que se alastra no Oeste e no Leste. Deve-se porém precisar que “neoliberalismo” é um termo ideológico. Tende a fazer crer em uma separação nítida, que jamais existiu e que certamente em nossos dias as classes dominantes não tentam reintroduzir ou introduzir, entre economia e política, com a renúncia por parte de cada sujeito econômico ao apoio estatal, de modo a fazer reinar imperturbáveis as leis puras de mercado. A tal mito corresponde a realidade de um maciço apoio estatal aos grandes grupos capitalistas, um apoio que mesmo nos Estados Unidos parece antes destinado a crescer do que a diminuir. As próprias privatizações selvagens em curso ou programadas a Leste e a Oeste implicam a liquidação do patrimônio público e assim uma forma de apoio aos grupos capitalistas que dele se apropriam (emblemático é o caso da Alfa-Romeo e da sua passagem ao grupo Fiat). Também na Rússia, a demolição do Estado social é acompanhada pela “corrida ao ouro com respeito aos bens e aos recursos do Estado”, dos quais se apossaram sem escrúpulos os novos capitalistas (S. C. Cohen in *Washington Post*, 13 de

outubro).² O significado real do atual neoliberalismo é bastante diverso do oficialmente proclamado: é a tentativa de depurar o regime parlamentar e representativo do maior número possível de conquistas da democracia política e social que foram impostas graças à luta do movimento operário e do desafio constituído pela Revolução de Outubro.

De agosto de 1991 a outubro de 1993: o golpe em dois atos de Bóris Ieltsin

Partamos dos desdobramentos mais recentes da situação na Rússia. Sobre o significado dos acontecimentos verificados nas últimas semanas, damos ainda a palavra a Stephen F. Cohen, autor de um artigo publicado no *Washington Post* de 13 de outubro e retomado pelo *Manifesto* dois dias depois: “Ieltsin, em 21 de setembro, feriu, se não golpeou mortalmente, o histórico e bastante frágil experimento de democratização russa dissolvendo o parlamento e todos os outros elementos que formavam um estado de direito em Moscou”.

Um golpe preparado por muito tempo

O Parlamento dissolvido com ato de império é o oriundo das “eleições universalmente saudadas como livres em 1990 e que desafiou Gorbachev e o PCUS elegendo justamente Ieltsin como primeiro presidente”, ajudando-o depois a tornar-se presidente eleito da Rússia e apoiando-o por muito tempo nesta sua função. Todavia, o presidente-golpista cancelou “o parlamento, o vice-presidente, a Alta Corte e o seu procurador, fechou as publicações parlamentares, impôs a censura sobre a televisão nacional, dissolvendo as administrações locais que não estivessem alinhadas e levando o exército ao centro da arena política.

Para que precipitasse a situação — observou Giulietto Chiesa no *La Stampa*, 22 de setembro — contribuiu provavelmente “o êxito do voto em Varsóvia” que “pode ter convencido alguém no Kremlin de que não se devia mais esperar e que uma consulta eleitoral normal, nos prazos previstos pela constituição, resultaria desastrosa para o poder executivo”: portanto, o “golpe de espada” do presidente russo tinha como alvo não apenas o Parlamento mas também a vontade e a soberania popular, o princípio mesmo da democracia.

2. Embora o ano não tenha sido aqui mencionado, mais adiante o autor esclarece que se trata de 1993. (Nota do tradutor.)

Tudo se desenvolveu segundo os esquemas clássicos. Ieltsin se assegurou preliminarmente do controle total da televisão: já há muito tempo os jornais não sustentados pelo poder haviam sido em larga medida postos fora do jogo pelo mercado e pelo altíssimo custo do papel. O controle dos meios de informação tornou mais ágil a operação de conquista da fidelidade das tropas escolhidas, que na véspera o presidente-golpista deixou a postos às portas de Moscou. Antes de serem surpreendidos a canhoneios pelos carros armados no Parlamento, os deputados fiéis à Constituição foram afastados das TVs e dos olhos do povo: foram declarados como mortos ou inexistentes antes mesmo de serem assassinados ou detidos. O golpe de outubro de 1993 não tem nada da improvisação diletante do estranho e ainda misterioso golpe de agosto de 1991; antes, mostrou uma modernidade totalmente “ocidental” em virtude da sua capacidade de combinar magistralmente mercado, mídia e uso indiscriminado e truculento do aparelho estatal.

A preparação de tal aparato procedia de longa data. As “forças da ordem” já estavam depuradas e reorganizadas em vista da repressão do previsível protesto das massas populares contra a dramática deterioração das condições de vida. No *l'Unità*, 13 de outubro de 1991, Marcello Villari observava: “Moscou referve (...) Popov o sabe e em vista da liberalização dos preços, colocou ‘pessoas confiáveis’ na direção da milícia e da KGB”, “mas não sabemos se serão suficientes para defender os empresários”, disse, quando os “populistas” levarem gente “para a praça pública”. Em previsão da prova de força, já se havia efetuado uma obra capilar de controle e de intimidação. Não teve dificuldade em esclarecê-lo Victor Ivanenko, chefe da KGB “democratizada”, numa declaração relatada no *la Repubblica*, 6 de novembro de 1991: “Temos dados seguros de que nas grandes empresas estão se criando, de modo espontâneo, comitês de greve, comitês operários. Penso que neste inverno já estarão a ponto de se organizarem”. Portanto, era preciso proceder às contramedidas: Ivanenko — segundo Alberto Flores D’Arcais — “sublinha como sobre este argumento os serviços estão não apenas recolhendo informações para transmiti-las ao governo republicano, mas também procurando ‘dialogar’”, deixando “entender que o limite destes ‘colóquios’ com os próprios e verdadeiros ‘interrogadores’ poderia no futuro ser superado”. Resultava tanto mais necessário controlar com muitos olhos a situação nas fábricas, para evitar — esclarecia o supracitado chefe da KGB — que os operários pudessem “reivindicar algo de preciso também no que diz respeito à questão dos plenos poderes”, opondo-se assim aos planos de bonapartismo suburbano cultivados por Ieltsin.

Este último, depois do golpe de 21 de setembro e do seu aperfeiçoamento através do bombardeio do Parlamento efetuado em 4 de outubro, escolheu até as administrações locais. Também em tal caso, tratava-se de uma medida meditada e preparada por longo tempo: no *la Repubblica*, 17 de outubro de 1991, podia-se ler um artigo no qual Enrico Franceschini notava: “Ieltsin exortou também a postergar as eleições administrativas locais, previstas para dezembro: ‘Nas condições de grave crise política e econômica, e às vésperas de um inverno rigoroso, a Rússia não se pode permitir o luxo de uma campanha eleitoral’”. Como sempre, eleições livres são para os chefes bonapartistas sinônimo de dissipação e de perda de tempo. Mas se ainda houvesse alguma dúvida sobre a real natureza das preocupações do presidente russo, para dissipá-las definitivamente bastaria uma correspondência de Moscou de Marcello Villari (*l’Unità*, 11 de outubro de 1991): às “eleições dos chefes das administrações locais [...] Ieltsin é contrário, porque quer nomeá-los por decreto presidencial”. Por outro lado, um porta-voz do presidente russo, Barbulis, “justificou a contrariedade de Ieltsin às eleições e a insistência sobre a nomeação pelo alto de homens de confiança com o fato de que, das 68 regiões da Rússia, o sucesso dos reformadores só está assegurado em 12. ‘Seria uma catástrofe política que levaria à paralisia do poder’, foi o seu comentário”. No que concerne à imprensa internacional, Barbulis foi um dos principais inspiradores do golpe de setembro-outubro de 1993, o que mais pressionou para levar às extremas consequências o golpe de força que agora realiza o projeto há muito tempo cultivado de governar as regiões do país através de delegados obedientes e dóceis a um poder central bonapartista.

Mercado e ditadura

Que sentido tem então falar de democracia? *Sancta simplicitas* — respondeu já faz dois anos Popov, prefeito de Moscou —, “é cedo demais para um governo democrático das cidades. A democracia pode funcionar somente em uma sociedade desenvolvida, civilizada e disciplinada” (relatado por Christian Schmidt, *Die Zeit*, 10 de novembro de 1991). E quem decide os prazos e os modos da eventual passagem à democracia? Mas é claro, a elite que se autoproclama iluminada e se arroga o direito de enxotar qualquer resistência “conservadora”, onde por conservadorismo devia-se e deve-se entender toda atitude tépida diante das maravilhas do livre mercado e também na obstinação em querer de alguma maneira defender os direitos econômicos e sociais das massas. Antes ainda do

singular “golpe conservador” de agosto de 91, respeitáveis expoentes do novo curso teorizaram explicitamente a necessidade de conjugar mercado e ditadura, de modo a dobrar a previsível resistência popular. Vejamos a opinião expressa por Kijamkin já na época gorbacheviana:

O governo reformador quer introduzir o mercado, mas sem um método autoritário jamais terá sucesso. Por que? Porque as massas na sua esmagadora maioria não o aceitarão. O mercado significa diferenciação de rendas, isto é, necessidade de trabalhar para conseguir viver... A passagem de uma economia não de mercado à de mercado jamais ocorreu em parte alguma, em nenhum país, com a democratização. Nem na Inglaterra do século XVII, nem na França. É no absolutismo que o mercado se impõe (*Il Manifesto*, 27 de agosto de 1989).

Por outro lado, o mesmo Ieltsin, ao reconhecer em 21 de setembro (1993) ter violado a Constituição e a legalidade, justificou o fato fazendo referência à necessidade de acelerar a introdução do “mercado”. O critério de legitimação dos novos dirigentes de Moscou não é constituído pela democracia, pelas regras do jogo ou pela soberania popular, mas pelo mercado, ou ainda pelo capitalismo.

Isto não vale apenas para a Rússia. Walesa ameaçou explicitamente seguir o exemplo de Ieltsin se o processo de “reforma” (no sentido capitalista) fosse bloqueado ou excessivamente obstaculizado. E, também nesse caso, não se trata de uma tendência nova: *La Repubblica*, 27/28 de outubro de 1991 (artigo de Alberto Stabile) relatava: nas regiões mineiradoras da Polônia, mil mineiros desfilam com uma “faixa bastante eloqüente: ‘Pequeno eletricitista vendeu a classe operária’. Walesa não se conteve e na tarde lançou um apelo contra o perigo da estratégia ‘desestabilizadora’ dos comunistas, ameaçando adotar ‘todas as medidas possíveis e inevitáveis’”. Alguns dias depois, *l’Unità* (10 de novembro) relatava um posicionamento ainda mais explícito do chefe de Estado polonês, segundo o qual o seu país “tem necessidade de um chefe de Estado que ‘não obstaculize o pluralismo nascente que se manifesta sobretudo no Parlamento, e ao mesmo tempo seja um ditador no processo executivo’”.

À luz de tais considerações resulta insustentável a tese que lê os acontecimentos verificados nos últimos anos na Europa Oriental como um simples combate entre partidários e adversários da democracia. Deve-se considerar democrático um Soljenitsin? Este último, exatamente na véspera do golpe de força de Ieltsin, em uma entrevista coletiva (publicada no *La Stampa*, 18 de setembro), em referência à situação existente na Rússia, declarou: “A parte sã do povo deve consolidar-se, a parte perversa

deve ser esmagada”. É uma visão pronta a justificar bem mais que um golpe; e é apenas o caso de acrescentar que o ilustre escritor logo perfilou-se com o presidente golpista.

O Ocidente, o mercado e a democracia

A idéia de democracia dos vários Ieltsin e Walesa (e Soljenitsin) não é pois muito diversa da dos seus mentores e partidários ocidentais que, de fato, logo se precipitaram para apoiar a dissolução e depois o bombardeio do Parlamento russo. Já na véspera das eleições polonesas, a grande imprensa de informação estava preocupada em se antecipar aos fatos: em particular, no *La Stampa*, 19 de setembro, Barbara Spinelli explicava que o previsível resultado a favor dos “comunistas” resultava de algum modo contestável pelo fato de que sucede desgraçadamente difícil “sair do comunismo” para sociedades que por ele “foram lentamente deformadas, deturpadas no curso de meio século ou mais, e que apenas lentamente podem se reajustar, se corrigir, talvez se recuperar”. E esta também é fundamentalmente a opinião de Arrigo Levi (*Corriere della Sera*, 15 de outubro) que denuncia “as deformações produzidas nas cabeças das pessoas” por décadas de comunismo: mas a democracia não pode ser aplicada àqueles que são comparáveis a agentes patogênicos, ou, no melhor dos casos, a graves enfermos incapazes de compreender e querer: o problema é o de sair a qualquer custo do comunismo para desembocar no mercado e no capitalismo, que constitui o critério decisivo de legitimação de um regime político. É este o elemento caracterizante da atitude assumida pelo Ocidente face ao colapso da ex-União Soviética.

São esclarecedores os estenogramas, recentemente publicados por Giuletto Chiesa, dos colóquios reservados desenvolvidos por ocasião da reunião de cúpula do G-7 de julho de 1991, a última de que participou Gorbachev. Este último já havia democratizado amplamente o sistema, mas só isto não basta aos seus interlocutores que se erigem em juízes implacáveis diante de um presidente da União Soviética reduzido ao papel de réu que se esforça para responder do modo mais exaustivo e obsequioso possível. Leiamos: “Bush: ‘Queremos uma União Soviética democrática, com uma economia de mercado integrada à economia ocidental’ [...] Gorbachev: ‘O processo segue adiante’”. Mas esta garantia não basta. E eis o japonês Kaifu a insistir: “O senhor diz que a propriedade privada é a componente necessária da economia de mercado e ao mesmo tempo fala da paridade entre todas as formas de propriedade. O que entende por

economia mista?” Ainda mais drástico o canadense Mulroney: “O senhor diz que 70% dos preços não serão controlados pelo Estado. Por que não 100? Por que não amanhã?”. Como se vê, à parte qualquer referência formal e hipócrita à democracia, o acento é colocado sempre no mercado. Não por acaso, ao publicar tais estenogramas, *La Stampa* (13 de junho de 1993) dá ao documento um título significativo que sintetiza eficazmente o ultimato agora evidente das grandes potências capitalistas: “Capitalismo na União Soviética, integral e depressa”.

Que importa a Bush e sócios se a introdução selvagem do mercado produz custos e tensões sociais altos a ponto de pôr em perigo a democracia já realizada? Devendo escolher entre capitalismo e democracia, eles não têm nenhuma dificuldade em sacrificar esta última. A escolha hoje efetuada pelo Ocidente a favor de um Ieltsin que, em nome do mercado, dissolve o Parlamento, a corte constitucional, os partidos de oposição, etc., e esmaga a democracia, tal escolha já estava implícita na reunião de cúpula que estamos aqui examinando. Naquela ocasião, Gorbachev estava mais do que rendido. Ao responder a Mulroney, vemos o então dirigente soviético proceder a uma pronta garantia (“Queremos alcançar as liberdades econômicas”) e recorrer além disso a uma expressão suavemente ideológica para descrever o processo de desmantelamento do Estado social que na União Soviética já estava condenando à fome e ao desespero milhões de pessoas. Mas nem por isto se comovem Bush e sócios que de fato apoiam a linha daqueles círculos políticos para os quais, como vimos, o mercado pode e deve conjugar-se com a ditadura. Por outro lado, os grandes do Ocidente não se contentam com a restauração do capitalismo em um único, mesmo que seja gigantesco, país. É a vez agora de Kohl, que já embolsou a “reunificação” da Alemanha, mas que agora abre um novo *front*: “É necessário dar-se conta de que nenhum de nós está sentado sobre uma caixa repleta de dinheiro [...] Vemos os vossos esforços no campo do desarmamento, mas para afirmar no Ocidente o apoio a seus esforços é importante saber se a União Soviética manterá o apoio a alguns países, por exemplo a Cuba”.

E Gorbachev: “O caráter das nossas relações com Cuba e Vietnã mudou radicalmente. A ajuda ao Vietnã foi reduzida em três vezes e a Cuba em duas. De Cuba tínhamos um terço do açúcar que consumíamos e as frutas. Há sinais também de que Cuba se inserirá na economia mundial”. Nenhuma palavra diz o presidente soviético a favor da soberania nacional dos dois países que, depois da agressão dos Estados Unidos, sofrem o desumano embargo imposto por seus agressores (os infatigáveis arautos das maravilhas do livre mercado). Interessante é sobretudo uma pequena

sutileza estilística: se Bush pretende, como vimos, a inserção da União Soviética “na economia ocidental”, Gorbachev procura tranquilizar os seus interlocutores com a perspectiva de uma ulterior inserção de Cuba no que prefere pudicamente chamar de “economia mundial”.

Colapso espontâneo do Leste ou pressão enérgica do Oeste?

Mas, neste ponto, convém rever a tese que interpreta a ruína do “socialismo real” como um simples colapso derivado, em todos os países envolvidos, de causas pura e exclusivamente internas. É um tema sobre o qual a ideologia dominante não se cansa de insistir, a demonstração da interna e insuperável absurdidade e miséria na qual desde o início se envolveria toda tentativa de construção de uma sociedade não capitalista. Em realidade, pouco depois da ruína da União Soviética, foi o mesmo Bush que celebrou aquele acontecimento como uma esplêndida vitória obtida pelos Estados Unidos na Guerra Fria. Como freqüentemente ocorre, os políticos são mais realistas do que os ideólogos ingênuos e exaltados dos quais entretanto se servem. O então presidente americano estava bem consciente do fato de que as conturbações no Leste são o resultado também de uma atuante iniciativa do “mundo livre”. Há pouco mais de um ano, nas colunas da revista *Time*, Carl Bernstein, um dos mais célebres jornalistas americanos, “revelou que o papa e Reagan concluíram secretamente uma “santa aliança” para manter vivo o *Solidarnosc*, derrubar os regimes comunistas da Europa Oriental e isolar e reduzir economicamente o Kremlin. E que às suas ordens, sacerdotes improvisados de 007, agentes da CIA, sindicalistas no papel de espões realizaram um golpe branco sem precedentes na história”.

Não se tratava apenas de ajudar Walesa, mas de enxotar o *império do mal* mediante toda uma série de medidas:

“Rearmamento maciço dos Estados Unidos de modo a obrigar a União Soviética a sangrar-se com um rearmamento paralelo. Operações clandestinas a favor dos vários movimentos revolucionários no Leste Europeu, antes de mais nada o *Solidarnosc* [...] Total isolamento tecnológico e financeiro de Moscou. Aumento da propaganda anticomunista, através da Voz da América, Rádio Europa Livre, e assim por diante”.

No encontro de segunda-feira, 7 de junho de 1982, “no reservado da biblioteca vaticana”, Reagan e João Paulo II lançaram então “a operação fim do comunismo”, de cujo gigantesco financiamento participam também capitais relacionados, ao que parece, ao Banco Ambrosiano (E. Caretto in *la Repubblica*, 18 de fevereiro de 1992). Além de ideológica, a contribuição

do Vaticano é sobretudo logística e organizativa: pensa-se em primeiro lugar na “rede de sacerdotes” indispensável para a difusão capilar do material clandestino:

A resistência polonesa obtém os mais modernos meios de telecomunicação: uma vez, no intervalo de uma transmissão de uma partida de futebol consegue colocar nas TVs as palavras ‘Solidariedade vive, resista’.

Em 1985, apuraram os sindicatos dos Estados Unidos, havia na Polônia aproximadamente 400 periódicos clandestinos anticomunistas, alguns dos quais com uma tiragem superior a 30 mil cópias; milhares de livros infantis que narravam fábulas sobre o ‘malvado’ Jaruzelski e sobre o ‘bom’ Lech Walesa: videocassete de incitamento dos Estados Unidos e do Vaticano; e toneladas de *fax*, de telefones, computadores, registradores, rádios. ‘A embaixada americana em Varsóvia — escreveu Bernstein — tornou-se o principal centro da CIA no mundo comunista, e o mais eficiente’. (E. Caretto in *La Repubblica*, 19 de fevereiro de 1992).

Não há motivo para crer que os esforços efetuados pela República Federal da Alemanha no confronto com a República Democrática Alemã tenham sido menos maciços do que os dos Estados Unidos com a distante Polônia; e seria preciso um capítulo inteiro para estudar a questão relativa ao papel exercido, na última fase das conturbações na Europa Oriental, em países como a Romênia e a República Democrática Alemã, pelos serviços secretos da União Soviética, cujos dirigentes estavam então plenamente conquistados pela causa do Ocidente, do qual imploravam o apoio político e financeiro capaz de salvá-los. A intervenção do Ocidente nos reveses da União Soviética e do Leste Europeu resulta de toda uma série de iniciativas particulares: já antes da penosa reunião de cúpula, “cinco consultores eleitorais americanos ajudaram Ieltsin a vencer as eleições presidenciais da Rússia do 12 de junho último”; eram pagos — esclarece *La Repubblica*, 13/14 outubro de 1991 — “por fontes anônimas nos Estados Unidos”. A superpotência que contribuiu de modo relevante para o sucesso eleitoral de Bóris Ieltsin, não exerceu então nenhum papel nos dias do golpe que viram a consagração do presidente russo como herói da liberdade? Em realidade, naqueles dias, correspondentes da americana “Radio Liberty” “estavam presentes no Palácio dos Sovietes da Rússia (a “Casa Branca” em Moscou) ao lado de Bóris Ieltsin e dos outros organizadores da resistência de quem se tornaram os principais porta-vozes”(G. Bensi, in *Avenire*, 6 de agosto de 1993). E ainda: depois do assassinato de um agente da CIA em Tbilisi, veio-se a saber (P. Passerini in *La Stampa*, 11 de agosto de 1993) que conselheiros americanos foram enviados à Geórgia com a missão de instruir os guarda-costas do presidente Shevarnadze, o ex-ministro do Exterior da União Soviética que no passado

teve fortíssimas ligações com os Estados Unidos (*Il Manifesto*, 11 de agosto de 1993). De quando datam tais ligações?

Em todo caso, ao menos no que diz respeito à Polônia, falando do Ocidente como protagonista de um “golpe branco” está, como vimos, a mesma imprensa burguesa. Mais exatamente os dirigentes dos Estados Unidos e Otan agiram pondo em prática o aforismo e o conselho do velho Nietzsche: “A quem está para cair dê-lhe um empurrãozinho”; mas empurrãozinho houve, e poderoso, prolongado e multiforme, um empurrãozinho que é o prosseguimento, com outros meios, da intervenção armada com a qual desde sempre o Ocidente respondeu ao desafio representado por todo país que busque seguir uma via de desenvolvimento não capitalista. Não resiste portanto a uma análise séria o mito do colapso espontâneo do “socialismo real” exclusivamente provocado por uma orquestrada e espontânea conversão de massa às maravilhas do livre mercado e da democracia ocidental.

O primeiro ato do golpe de Ieltsin

Em realidade, ainda está toda por escrever a história dos acontecimentos destes últimos anos na Europa oriental e da derrocada da União Soviética. Como vimos, bem antes do “golpe conservador” de agosto de 1991, respeitáveis expoentes do novo curso sublinhavam a necessidade de uma fase “transitória” de ditadura para realizar rapidamente e sem muitos obstáculos a introdução do mercado e do capitalismo. Nessa direção autoritária, movia-se Ieltsin, então presidente de uma Rússia ainda parte integrante da União Soviética, vetando a atividade dos comunistas nos locais de trabalho e recorrendo a um decreto presidencial nem mesmo discutido no Parlamento para vetá-la (já eram evidentes as tendências bonapartistas daquele que estava se tornando o filhote preferido e herói do Ocidente). Na véspera do “golpe” de agosto de 1991, os assim chamados “reformadores” denunciam a ameaça representada pelos “conservadores”. Eis o título e sumário com o qual *La Repubblica*, 18/19 de agosto de 1991 apresenta uma correspondência de Moscou de F. Cucurnia: “Há um complô contra Gorbachev. Jiakovlev denuncia novas tramas. Para o ‘padrinho da perestroika’ a estratégia dos duros é clara como um livro aberto: ‘Querem aproveitar vento favorável durante o próximo congresso’”. Cabe sublinhar que o “complô” é caracterizado já pelo fato de querer resistir politicamente à introdução do mercado e à liberalização selvagem e de querer combater tal propósito no pré-anunciado XXIX Congresso do PCUS. Já nesse momento, a fidelidade ao mercado é critério decisivo de legitimação de

um regime, de um movimento, de uma orientação política; quem se opõe ao mercado ou é tépido em relação a ele, só por isso se torna culpado de “complô”, coloca-se fora da legalidade e portanto pode e deve ser golpeado com dureza. Em agosto de 1991, Ieltsin e o seu círculo fazem valer a mesma lógica que depois se desdobra em setembro-outubro de 1993. Já antes de agosto de 1991, os “reformadores” responsabilizam como protagonista do “complô” (que visavam impedir ou obstaculizar a introdução em todos os níveis do mercado) o PCUS e o seu congresso. O “complô” é eficazmente esvaziado: não apenas não há mais congresso do PCUS, mas, alguns dias depois da denúncia dos “reformadores”, é colocado na ilegalidade o partido que devia celebrá-lo. Para tal resultado contribuiu poderosamente o golpe de agosto que assim se revelou providencial para os novos dirigentes russos. Trata-se de um simples caso de sorte, ou velhos hierarcas e burocratas obtusos do PCUS foram secretamente encorajados e impelidos a uma manobra e a um golpe de força grande demais para eles e cujos beneficiários estavam destinados a ser, desde o início, os seus adversários? Trata-se de uma suspeita tanto mais legítima pelo fato de que algo análogo foi explicitamente avançado em ambientes políticos russos e em alguns órgãos de imprensa a propósito dos mais recentes acontecimentos verificados na Rússia: depois da grande manifestação popular de 3 de outubro que, rompendo o cordão das forças policiais, logrou levar a sua solidariedade ao Parlamento, provavelmente alguém convenceu Rutskoï de que o exército estava do seu lado, impelindo-o assim a tentar o assalto à TV então do regime, o que reforçou o controle do presidente-golpista sobre o exército, o qual interveio então com extrema dureza para enxotar toda resistência.

Além da suspeita, emergem alguns dados de fato: nos dias do “golpe conservador” de agosto de 1991, os meios de informação transmitiram uma imagem de Ieltsin que, mais que angustiado, parecia esfuziante. Por outro lado, nos dias imediatamente sucessivos, Ieltsin não se limitou a fazer respeitar a legalidade constitucional então encarnada em Gorbachev, naquele momento presidente da União Soviética, mas, contra a vontade deste último, impôs uma série de medidas que comportaram a colocação do PCUS na ilegalidade e a dissolução da União Soviética.

Como resultado de tudo isso, manteve-se como única autoridade legítima do Estado mais importante da ex-União Soviética, o mesmo Ieltsin, presidente da Rússia que agora, com o golpe de setembro-outubro de 1993, se desembaraçou do Parlamento, da corte constitucional, e de outros “obstáculos”, para gozar finalmente da plenitude de poderes própria de

um chefe bonapartista. O resultado é o auspiciado já na época gorbacheviana por teóricos da conjugação de mercado e ditadura. Há portanto uma coerência e uma clara linha de continuidade na atitude de Ieltsin que, organizando o recente golpe, apenas em aparência colocou-se em contradição com o papel de intrépido democrata conquistado em agosto de dois anos atrás.

À luz de tudo isso, os acontecimentos de 1991, mais que um “golpe conservador”, parecem constituir em última análise o primeiro ato de um golpe conduzido, em todo o curso do seu desenvolvimento em nome do mercado e que viu o seu segundo ato nos decretos de 21 de setembro de 1993 e no sucessivo bombardeio do Parlamento. Por outro lado, tenha-se presente que foi *L'Expresso* (10 de setembro de 1991), a intitular o seu editorial: “O verdadeiro golpe deu Ieltsin. Além de Bush”.

A chantagem da ideologia dominante

Mas, com o quadro histórico aqui traçado não se acaba recordando nostalgicamente o velho regime ditatorial e esclerosado? Nessa rude e inconsistente alternativa, está implícita a chantagem ideológica com a qual os novos dirigentes russos ou seus apologistas ocidentais lograram teorizar ou hipnotizar a esquerda, a qual tornou-se incapaz de desenvolver uma profunda análise crítica. Talvez, a esquerda tenha ficado atrás da imprensa burguesa que, em certos casos, não hesitou, como vimos, em falar do Ocidente como protagonista de “golpe” ou de um “golpe branco” na União Soviética e na Polônia. Porém, que fique claro: pôr à luz a coerência antidemocrática e antipopular de Ieltsin e a debilidade de Gorbachev não significa absolutamente recordar nostalgicamente Brejnev; e refutar o mito do colapso puramente espontâneo do “socialismo real” do Leste Europeu não comporta de modo algum atribuir apenas a uma iniciativa externa o desmantelamento daquele sistema político-social: ao contrário, a esquerda deve concentrar-se em primeiro lugar sobre as causas internas de tal fato. Em um outro momento trágico da história do movimento operário, da adesão dos partidos da Segunda Internacional ao “genocídio” do primeiro conflito mundial e também ao “estado de sítio” e às outras medidas liberticidas conexas à guerra e à mobilização total, Rosa Luxemburgo fez uma advertência que convém ter presente também em nossos dias: “o socialismo estaria perdido apenas se o proletariado internacional se recusasse a medir a profundidade dessa queda e a aprender algo dela”; em realidade, “gigantescos como os seus deveres são os seus erros”.

Da “diplomacia do pão” ao embargo: a cruzada contra-revolucionária dos Estados Unidos

Quando a Assembléia Geral da ONU se prepara para rediscutir, em 3 de novembro (1993), a questão do bloqueio imposto a Cuba pelos Estados Unidos, vale lembrar que estes, desde sempre, pretendem anexá-la ou controlá-la de maneira mais ou menos camuflada. Sobre tal pretensão jamais houve fissuras ou diferenças de relevo entre os dirigentes americanos. Em 1809, é o próprio Thomas Jefferson que se pronuncia explicitamente pela “anexação de Cuba à União”, de modo a realizar “um império pela liberdade, tal como nunca foi visto desde a Criação até hoje”; um século e meio mais tarde, é um outro “democrata”, John Kennedy, que promove a tentativa de invasão da ilha, diz-se que em nome da liberdade, mas sempre a partir dos interesses densos do “império”.

Submetidos a embargo, ou a medidas de isolamento e estrangulamento econômico que são progressivamente exasperadoras, estão também o Vietnã, o Iraque e a Líbia, ou seja, outros países alvos de guerras ou bombardeios terroristas promovidos ou ordenados por Washington.

Épica, todavia, deve-se considerar a resistência de Cuba a um bloqueio imposto pela maior potência mundial, que há mais de 30 anos tenta condenar à fome e à morte por inanição um povo, o cubano, que ousou desafiar a doutrina Monroe e que, por isso, é privado dos gêneros alimentícios, dos medicamentos, das matérias-primas e das peças sobressalentes capazes de fazer funcionar o aparelho produtivo.

Uma forma de guerra total

Convém interrogar-se sobre a origem desta forma de guerra total que não distingue entre combatentes e população civil e que golpeia, antes e de preferência, justamente os mais fracos, os velhos, as crianças e os enfermos. Podemos considerar os movimentos da Primeira Guerra Mundial, quando a Entente submete os seus inimigos a um bloqueio naval, que, segundo Max Weber, provoca apenas na Alemanha 750 mil vítimas. Inglaterra e França prolongam o bloqueio, para muito além do fim do conflito, enquanto os derrotados não aceitassem firmar um tratado de paz humilhante e vingativo.

Em tal ocasião, os Estados Unidos, pela boca de Herbert Hoover, alto comissário para o abastecimento alimentar no interior da administração Wilson, procedem a uma dura condenação: o bloqueio é julgado uma “medida extremamente insensata” e “condenável” no plano moral, um “horror”. Trata-se, entretanto, de um juízo não totalmente desinteressado:

é o próprio Hoover que explica que a exclusão da Alemanha e Áustria do mercado mundial impede o esgotamento dos excedentes alimentares americanos, abaixam-lhes o preço, arriscando provocar nos Estados Unidos uma crise econômica e social; por sua vez, Inglaterra e França, persistindo no bloqueio, não se limitam a dar vazão a uma incontável sede de vingança, mas se propõem também a restringir a demanda total, de modo a operar conquistas no mercado agrícola e alimentar americano a preços para eles razoáveis ou vantajosos.

“A bolsa ou a vida; a ordem burguesa ou a fome”

Os escrúpulos morais da administração americana dissipam-se completamente quando se trata de enfrentar os problemas suscitados pela Revolução de Outubro e pelo profundo eco que ela provocou particularmente na Europa Centro-Oriental: segundo Hoover, o bolchevismo representa uma ameaça à “nossa segurança” e à “organização social do mundo”, constitui um “cancro” que deve ser extirpado a qualquer custo. Trata-se, por outro lado, de cercá-lo cuidadosamente. Nesse ínterim, já se iniciou a intervenção contra-revolucionária contra a Rússia soviética da qual participam também os Estados Unidos. Hoover não tem objeções de princípio: quando a revolução comunista triunfa na Hungria, logo exprime a idéia de que é preciso reverter a qualquer custo um governo como o de Bela Kun, que constitui um “perigo econômico para o restante da Europa”, dado que as “idéias [comunistas] estão impregnando as classes trabalhadoras daquela área. Ou se identificam meios para aniquilar a infecção, ou resultará difícil a regeneração econômica da Europa Central e Oriental”. Em caso de necessidade, pode-se ou deve-se intervir “com a força das armas”, tanto mais que, para realizar a operação, bastariam “duas divisões francesas”.

E, todavia, o alto comissário e futuro presidente dos Estados Unidos se dá conta dos perigos arraigados nas intervenções militares prolongadas: os soldados que delas participam são gravemente expostos, na Rússia soviética, “a infecção de idéias bolcheviques”. É preferível, portanto, recorrer a outros métodos, ao mesmo tempo mais eficazes e mais indolores. Hoover sugere enviar ao governo comunista de Bela Kun, e ao próprio povo húngaro, um ultimato em forma aveludada mas tanto mais brutal: trata-se de “oferecer à Hungria um tratamento decente se ela virar o jogo comunista”; apenas nesse último caso pode esperar obter “assistência econômica” e escapar à catástrofe do bloqueio.

Eis portanto formulado o que um historiador americano (Murray N. Rothbard) denomina “um programa de ativa guerra econômica”. Georges

Clemenceau, que ganhou o apelido de “tigre” pela determinação implacável com a qual guiou o seu país no curso do primeiro conflito mundial e com a qual perseguiu o objetivo de derrotar e aniquilar a Alemanha, e que depois com equivalente zelo se lançou na cruzada contra o novo inimigo representado pelo bolchevismo, logo se fascinou com a proposta de Hoover: reconheceu que se tratava de “uma arma verdadeiramente eficaz” e que apresentava “maiores chances de sucesso que a intervenção militar”.

O recurso a tal arma era, por outro lado, iniciado antes ainda que o alto comissário de Wilson para o abastecimento alimentar o tivesse explicitamente teorizado. No *Avanti* (16 de dezembro de 1918), Gramsci cita a nota remetida pelo embaixador argentino, sob instigação dos Estados Unidos, ao novo governo austríaco nascido da derrubada dos Habsburgo: “A consignação à Áustria alemã dos produtos alimentares da República Argentina será efetuada apenas sob a expressa condição de que seja mantida a ordem no país. Ao menor indício de movimento bolchevique ou de sedição socialista-comunista, serão suspensos os transportes e suprimidas as consignações de víveres”. Gramsci comenta: “Wilson propõe e a República Argentina dispõe!”. A fazer-se promotor da extorsão está um presidente “democrata” que estimulou ou impôs a intervenção em guerra do seu país em nome da democracia e da autodeterminação dos povos, que explicitamente forneceu “aos povos da Áustria-Hungria as garantias de um desenvolvimento autônomo e independente”, mas que depois intima: *A bolsa ou a vida, a ordem burguesa ou a fome*. Assim soa o título do artigo de Gramsci, que depois prossegue: “Entre as glórias e os esplendores da sociedade capitalista faltava apenas isto: a extorsão pela fome. Exercitada enormemente, em grande escala, em prejuízo de um povo inteiro. Enquanto se jacta de ‘Sociedade das Nações’, de ‘Família das Nações’, fundada sobre a independência e sobre a liberdade dos povos, do fundo da América chega o brutal apelo à realidade. Os povos da Europa, esfomeados por quatro anos de guerra, que assassinou os homens e esterilizou os campos, subordinou a fome de liberdade à fome de pão [...] Está na ordem burguesa e capitalista das coisas. Poder-se-ia observar que a nota da Argentina à República Austríaca constitui um verdadeiro atentado ao direito dos povos. Mas o regime capitalista não é um contínuo atentado ao direito dos povos, ao direito individual e coletivo?”.

O juízo de Gramsci é severo, mas bem fundado. Algum tempo depois, é Hoover em pessoa que adverte as autoridades austríacas de que “qualquer distúrbio da ordem pública tornará impossível o fornecimento de gêneros alimentícios e colocará Viena face a face com a fome absoluta”. E, mais tarde, será sempre o mesmo político americano que fará este balanço, do

qual tira vantagem explicitamente: “o medo da morte por inanição afastou o povo austríaco da revolução”. Não é o caso aqui de seguir os sucessivos desenvolvimentos daquilo que o historiador americano supracitado chama de *food diplomacy*, ou seja, a diplomacia do pão ou, mais propriamente, da fome, a diplomacia que o Ocidente no seu conjunto há muito busca aplicar também em prejuízo da Rússia Soviética, infligindo-lhe gravíssimas perdas no plano humano e material, mas sem conseguir o desejado sucesso político. Observa na Itália, em 1922, o filósofo liberal Guido De Ruggero: “O bloqueio da *Entente* que queria aniquilar o bolchevismo, ao invés disso, assassinava homens, mulheres e crianças russos; poderiam um dia os pobres esfomeados sutilar em elegâncias democráticas com os esfaimadores da *Entente*? Estes, como era natural, se estreitaram em torno do próprio governo, identificaram nos seus inimigos os próprios inimigos”.

No que diz respeito à política americana diante de Cuba, pode-se aplicar o juízo a seu tempo expresso pelo alto comissário dos Estados Unidos relativamente à Inglaterra e França que, não obstante o fim da guerra, perseveravam no bloqueio naval contra a Alemanha: trata-se de uma medida “extremamente insensata” e “condenável” no plano moral, um “horror”, um horror do qual os dirigentes ingleses e franceses se tornaram responsáveis por alguns meses, mas com o qual se mancha por décadas a administração americana.

Embargo e livre mercado

Em 1928, Hoover torna-se presidente dos Estados Unidos, conduzindo uma campanha eleitoral sob a bandeira do mais intenso liberalismo, no qual continua a se inspirar também nos anos de grande crise. Hoover não se comove: nenhuma intervenção do poder político deve perturbar a espontaneidade do livre mercado, sobre cujo altar são tranqüilamente sacrificados o bem-estar e talvez a vida de milhões de indivíduos concretos. Mas, por sua vez, o livre mercado deve ser subordinado à política internacional e às ambições imperiais dos Estados Unidos: ontem como hoje a efetuar as várias medidas de diplomacia do pão e da fome estão justamente os mais apaixonados apologistas das maravilhas do livre mercado, os que identificaram este último com a democracia enquanto tal. E pensar que, em nome da liberdade de comércio, John Stuart Mill justifica a guerra da Inglaterra empreendida contra a China que se recusa a importar ópio! Mas os obstáculos assim interpostos ao mercado internacional violam — brada o liberal inglês — a “liberdade [...] do adquirinte” antes ainda que a do produtor ou do vendedor”. Não se trata de um capítulo de história já remoto: ainda em 1922, Ludwig von Mises (o qual depois

desembarca nos Estados Unidos e se torna um clássico do neoliberalismo) justifica e até celebra a guerra do ópio como uma cruzada pela liberdade: Do ponto de vista dos liberais não é lícito pôr obstáculos nem ao comércio de venenos”. Agora, violando a “liberdade [...] do adquirente” antes ainda que a “do produtor ou vendedor” e violando-a em relação ao “comércio” não de “venenos” mas de gêneros de primeira necessidade para a população civil, estão os Estados Unidos que impõem multas demasiado salgadas e reclusões de até dez anos a quem quer que precise reivindicar o direito de comerciar livremente com Cuba! Os responsáveis pelo embargo declaram querer combater o “totalitarismo comunista”: mas, como vimos, em nome do “império da liberdade, que jamais foi visto desde a Criação até hoje”, Jefferson exige a anexação de Cuba já em 1807, quando ainda não havia nascido Karl Marx; entretantes, como também vimos, Hoover declara explicitamente querer se servir da diplomacia da fome apenas para bloquear as “idéias” que, sobre a onda da Revolução de Outubro, estão “impregnando as classes trabalhadoras” da Europa Centro-Oriental.

Por outro lado, para demonstrar definitivamente a hipocrisia da administração americana, basta refletir sobre o fato de que as medidas repressivas com as quais ela impõe à população estadunidense participar da guerra total contra Cuba não são nem por isso mais brandas que aquelas às quais Cuba é constrangida a recorrer para defender-se justamente dessa guerra total. É verdade: nestes dias, Clinton ainda efetua ou ameaça o bloqueio naval em prejuízo da junta reacionária chegada ao poder no Haiti em seqüência ao golpe de setembro de 1991. Mas não são claros os objetivos da administração americana que nos dois anos até agora não foi nada inflexível diante dos golpistas e que agora procede a uma prova de força não se sabe bem se para encurralá-los definitivamente ou para condicionar a nova situação destinada a criar-se depois da derrocada do poder atualmente vigente na ilha.

Por outro lado, o bloqueio naval imposto ao Haiti pode também servir como advertência e como ulterior forma de pressão sobre Cuba. Não por acaso, um respeitável diário italiano intitula: “Para domar o Haiti, Clinton copia Kennedy: Um bloqueio naval como o de Cuba em 1962” (veja-se o artigo de Paolo Passarini no *la Stampa*, 16 de outubro de 1993).

Uma coisa é de qualquer modo certa e é bem evidenciada por Herbert Hoover em 1919, ou seja, no momento em que ele começa a teorizar e a pôr em prática a diplomacia da fome: “quem quer que controle os alimentos controlará o Estado” e “a ordem internacional”. A branda condenação do embargo contra Cuba, pronunciada no ano passado pela ONU, não impressionou de maneira especial os Estados Unidos, os quais continuam

imperturbáveis na sua intenção de condenar à inanição um povo que ousou desafiar a doutrina Monroe e o “império da liberdade”.

NOTAS:

A) Neste número do *Calendario del Popolo*, utilizei os meus precedentes trabalhos:

- 1) “Autocoscienza, falsa coscienza, autocritica dell’Occidente”. In *Giano*, nº12, 1992;
- 2) *Democrazia o bonapartismo. Trionfo e decadenza del suffragio universale*. Turim, Bollati Boringhieri, 1993;
- 3) *Marx e il bilancio storico del novecento*. Roma, Bibliotheca, 1993;
- 4) “Il crollo del “socialismo reale” nell’Europa orientale: rivoluzione democrática o restaurazione?”. In: *Marxismo oggi*, nº 2, 1993;
- 5) “Il nuovo ordine internazionale nella storia delle ideologie della guerra”, In: *Giano*, nº 14, 1993.

B) Outros textos utilizados neste ensaio:

E. FORCELLA et A. MANTICONE (a cura di). *Plotone di esecuzione, i processi della prima guerra mondiale* (1968). Bari, Laterza, 1972;

A.J. MAYER. *Il potere dell’Ancien Régime fino alla prima guerra mondiale* (1981). Roma/Bari, Laterza, 1982;

N. LEWIN. *The jews in the Society Union since 1917*. Londres/Nova York, Tauris, 1988;

M. FRANZINELLI. *Padre Gemelli per al guerra*. Ragusa, La Fiaccola, 1989;

M. FERRO. *Niccola II. L’ultimo zar* (1990) (trad. ital.). Roma/Bari, Laterza, 1990;

S. CANEDY. *America’s Nazis. A democratic dilemma*. Menlo Park, Markgraf, 1990;

A. ROSENBERG. *Storia del bolscevismo* (1932) (trad. ital.). Florença, Sansoni, 1969;

M. FERRO. *La rivoluzione del 1917* (1967) (trad. ital.). Florença, Sansoni, 1974;

A.P. SCHMID. *Churchill privater Krieg. Intervention und Konterrevolution im russischen Burgerkrieg. November 1918-März 1920*. Zurique, Atlantis, 1974.

E. NOLTE. *Der europaische Burgerkrieg 1917-1945*. Frankfurt. M./Wien, Ullstein, 1987.

A.F. KERENSKY. *Memoiren. Russland und der Wendepunkt der Geschichte*. (trad. alemã do inglês). Hamburgo, Rowohlt, 1989.

W. CHAMBERLIN. *Storia della rivoluzione russa* (trad. ital.). Turim, Einaudi, 1966;

H. SETON-WATSON. *Storia dell’impero russo* (1934-1942) (trad. ital. 2ª ed.) Turim, Einaudi, 1971;

M. ISNENGI. *Il mito della grande guerra*. Bari, Laterza, 1970.

Murray N. ROTHBARD. “Hoover’s 1919 food diplomacy in retrospect” e Eugene P. TRANI. *Herbert Hoover, the Great War and ist aftermarth 1917-1923*, Iowa, University Press, 1974.